

Editorial

O ano de 1820 foi particularmente importante para a História Contemporânea de Portugal. Sendo mais concisos, diríamos mesmo que foi precisamente nesse ano que o nosso país deu início à sua modernidade histórica e política, começando a pôr termo ao seu Ancien Régime, abrindo portas a um novo ciclo político caracterizado pela receção das ideias do liberalismo e do constitucionalismo oitocentistas, o mesmo é dizer, do Estado de direito. Esse caminho não foi feito sem escolhos nem obstáculos, conheceu reveses que quase lhe foram fatais, mas acabaria por se impor, na segunda metade desse século. E foi no dia 24 de Agosto desse ano, na cidade do Porto, que tudo começou.

Nas antevésperas desse dia, o país encontrava-se numa das mais profundas crises morais, políticas e sociais que conhecera ao longo da sua, já na altura, história muito antiga. Na verdade, em pouco mais de duas décadas que o novo século levava, Portugal fora vítima das invasões napoleónicas, vira o seu rei João ausentar-se para o território brasileiro, e tinha sido literalmente colocado sob tutela inglesa, após a segunda abdicção de Napoleão, não se antevendo nem o regresso do rei, nem da soberania ao país.

Para além disto, a sociedade portuguesa encontrava-se profundamente atrasada e muito enfeudada a um modelo de ordenação política que era, em muitos aspetos, profundamente medieval, e que fora agravado por um absolutismo tirânico, de pendor iluminista mas pouco aberto às ideias da Enciclopédia, com o Marquês de Pombal. Esse regime, que se espalhou por todo o nosso século XVIII em três reinados (D. João V, D. José e D. Maria I), dissolvera as raízes políticas da nossa ordem monárquica tradicional,

passando a prescindir das instituições representativas e moderadoras da antiga monarquia, entre elas, e sobretudo, as Cortes, que não reuniram, uma única vez, em todo esse século, para entregar a soberania ao príncipe, que passa a ser o seu único e discricionário titular.

Neste conjunto de circunstâncias e factos históricos, o pronunciamento militar do dia 24 de Agosto de 1820, que teve lugar na cidade do Porto, no Campo de St. Ovídeo, foi muito mais do que uma mera reclamação nacionalista pelo regresso do rei e da soberania ao país, ou corporativista, contra o domínio das chefias do exército português pelos oficiais ingleses de William Beresford. Apesar das profundas divergências existentes no grupo conspirador do Sinédrio entre a facção política e civilista dos «becas», chefiada pelo Juiz-Desembargador Manuel Fernandes Tomás, e a facção militar e corporativista do exército, liderada pelos oficiais António da Silveira Pinto da Fonseca, Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira e Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda, o sentido último da Revolução de 24 de Agosto de 1820 foi o de pôr termo ao nosso Antigo Regime e abrir Portugal à modernidade do liberalismo e do constitucionalismo. Foi esse seu legado que perdurou, porque, apesar de vencida poucos meses depois do seu inicial triunfo, a revolução vintista acabaria por triunfar numa segunda fase da Monarquia Constitucional, na República e no 25 de Abril.

Tendo-se colocado, ao grupo de docentes fundadores da nova revista de Ciência Política da Universidade Lusófona do Porto, aquela que é, de todas, a primeira e mais importante decisão de um projeto desta natureza – a escolha do nome – cedo se percebeu que ele deveria representar os valores do Estado democrático de direito, em que todos acreditamos, e, se possível, conectá-lo à realidade política, histórica e social do espaço geográfico onde nos inserimos. Nesta medida, 1820, o ano da nossa revolução liberal portuense impôs-se como uma inevitável fatalidade, à qual acrescentámos um subtítulo esclarecedor sobre o seu conteúdo –

«Revista de Ciência Política da Universidade Lusófona do Porto». Pareceu-nos esta uma opção incontornável, reforçada pelo facto de que, daqui por pouco tempo, este importante acontecimento, de dimensão não apenas portuense mas verdadeiramente nacional, celebrará dois séculos.

1820 - Revista de Ciência Política da Universidade Lusófona do Porto, revista cuja publicação se inicia com este número, será um projeto editorial de raiz universitária, académica e científica, que orientará a sua política editorial pelos princípios que o nome escolhido evidencia: a defesa do Estado de direito, da democracia e da liberdade. Com o rigor que é próprio da instituição universitária, orientaremos este projeto, concebido a partir dos valores que nos foram legados por tão importante passado, para o futuro da nossa comunidade.